

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
-------------------------	-----------

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

DECRETO Nº 1.171, DE 22 DE JUNHO DE 1994 <i>Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.</i>	15
DECRETO Nº 6.029, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2007 <i>Institui Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.</i>	17

RJU – REGIME JURÍDICO ÚNICO

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990 <i>Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.</i>	23
--	-----------

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL – DIREITOS FUNDAMENTAIS (Excertos)	55
CONSTITUIÇÃO FEDERAL – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Excertos)	66

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

DECRETO-LEI Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967 (Excertos) <i>Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.</i>	77
LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992 <i>Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. (Ementa com redação dada pela Lei 14.230/2021)</i>	81
LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995 <i>Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.</i>	92
LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999 <i>Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.</i>	100

DIREITO PENAL

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (Excertos)	111
<i>Código Penal</i>	

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONSTITUIÇÃO FEDERAL – SEGURIDADE SOCIAL (Excertos).....	115
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019	
<i>Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias.</i>	123
LEI Nº 7.070, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1982	
<i>Dispõe sobre pensão especial para os deficientes físicos que especifica, e dá outras providências.</i>	138
LEI Nº 7.986, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989	
<i>Regulamenta a concessão do benefício previsto no artigo 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências</i>	139
LEI Nº 8.059, DE 4 DE JULHO DE 1990	
<i>Dispõe sobre a pensão especial devida aos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial e a seus dependentes.</i>	140
LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991	
<i>Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.</i>	141
LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991	
<i>Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.</i>	168
LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993	
<i>Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.</i>	202
LEI Nº 9.422, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996	
<i>Dispõe sobre a concessão de pensão especial aos dependentes que especifica e dá outras providências.</i>	214
LEI Nº 9.425, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996	
<i>Dispõe sobre a concessão de pensão especial às vítimas do acidente nuclear ocorrido em Goiânia, Goiás.....</i>	215
LEI Nº 9.796, DE 5 DE MAIO DE 1999	
<i>Dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.....</i>	216
DECRETO Nº 3.048, DE 6 DE MAIO DE 1999	
<i>Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.</i>	218
LEI Nº 10.559, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2002	
<i>Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. ..</i>	339

LEI Nº 10.779, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003

Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. 343

LEI Nº 11.520, DE 18 DE SETEMBRO DE 2007

Dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios..... 344

DECRETO Nº 6.214, DE 26 DE SETEMBRO DE 2007

Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências. 345

LEI COMPLEMENTAR Nº 142, DE 8 DE MAIO DE 2013

Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social – RGPS..... 355

DECRETO Nº 8.424, DE 31 DE MARÇO DE 2015

Regulamenta a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para dispor sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente. 356

DECRETO Nº 10.188, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019

Regulamenta a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, para dispor sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e entre os regimes próprios, na hipótese de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências. 359

LEI Nº 13.985, DE 7 DE ABRIL DE 2020

Institui pensão especial destinada a crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2019, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC)..... 365

INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS Nº 128, DE 28 DE MARÇO DE 2022

Disciplina as regras, procedimentos e rotinas necessárias à efetiva aplicação das normas de direito previdenciário..... 366

PORTARIA INTERMINISTERIAL MPS/MF Nº 2, DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Dispõe sobre o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e demais valores constantes do Regulamento da Previdência Social - RPS e dos valores previstos nos incisos II a VIII do § 1º do art. 11 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, que trata da aplicação das alíquotas da contribuição previdenciária prevista nos arts. 4º, 5º e 6º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. (Processo nº 10128.119242/2023-98)..... 573